

SUMÁRIO – VOLUME 1

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	11
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	13
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL	22
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	23
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.....	23
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS.....	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	28
EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS.....	28
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO...47	
EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO.....	51
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	53
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	54
EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	54
COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS.....	56
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	56
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	56
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO.....	56
REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO.....	59
REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	69
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	83
■ NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	83
CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	83
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	84
AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	84

■ ATO ADMINISTRATIVO.....	87
CONCEITO	87
REQUISITOS	87
ATRIBUTOS	88
CLASSIFICAÇÃO.....	89
ESPÉCIES	89
■ AGENTES PÚBLICOS	89
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS	89
LEI Nº 8.112/1990: LEGISLAÇÃO PERTINENTE E SUAS ALTERAÇÕES.....	90
DISPOSIÇÕES DOUTRINÁRIAS.....	90
Conceito , Espécies, Cargo, Emprego e Função Pública	90
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	98
HIERÁRQUICO	99
DISCIPLINAR.....	99
REGULAMENTAR	99
DE POLÍCIA.....	100
USO E ABUSO DO PODER	100
■ LICITAÇÃO	100
PRINCÍPIOS.....	101
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	102
Dispensa e Inexigibilidade.....	102
MODALIDADES.....	105
TIPOS.....	106
PROCEDIMENTO.....	107
■ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	111
CONTROLE EXERCIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	111
CONTROLE JUDICIAL	111
CONTROLE LEGISLATIVO	112
■ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	114
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	114

Responsabilidade por Ato Comissivo do Estado.....	115
Responsabilidade por Omissão do Estado	115
REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO E CAUSAS EXCLUDENTES E ATENUANTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	116
■ REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	118
CONCEITO	118
PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	119
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	123
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	123
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	123
Direito à Vida, À Liberdade, À Igualdade, À Segurança e à Propriedade	123
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS.....	129
GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS.....	132
DIREITOS SOCIAIS.....	132
NACIONALIDADE	133
CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS	135
PARTIDOS POLÍTICOS.....	135
■ PODER EXECUTIVO	135
FORMA E SISTEMA DE GOVERNO.....	136
CHEFIA DE ESTADO E CHEFIA DE GOVERNO	137
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	139
SEGURANÇA PÚBLICA.....	139
ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	140
■ ORDEM SOCIAL	140
BASE E OBJETIVOS DA ORDEM SOCIAL	140
SEGURIDADE SOCIAL.....	141
■ MEIO AMBIENTE	143
■ FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, ÍNDIO.....	144

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	149
■ PRINCÍPIOS BÁSICOS	149
■ APLICAÇÃO DA LEI PENAL	154
A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	154
TEMPO E LUGAR DO CRIME.....	157
TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL	160
■ O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS.....	162
■ CRIME CONSUMADO E TENTADO	168
■ ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO	170
■ EXCESSO PUNÍVEL	171
■ CRIMES CONTRA A PESSOA	173
■ CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	196
■ CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	219
■ CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	231
■ INQUÉRITO POLICIAL	261
HISTÓRICO.....	261
NATUREZA	261
CONCEITO	261
FINALIDADE	261
CARACTERÍSTICAS.....	261
FUNDAMENTO	262
TITULARIDADE.....	262
GRAU DE COGNIÇÃO E VALOR PROBATÓRIO	262
FORMAS DE INSTAURAÇÃO	262
NOTITIA CRIMINIS E DELATIO CRIMINIS	263
PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS.....	263
INDICIAMENTO	264
GARANTIAS DO INVESTIGADO E CONCLUSÃO	264

■ PROVA.....	266
PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME.....	266
REQUISITOS E ÔNUS DA PROVA.....	267
NULIDADE DA PROVA.....	267
DOCUMENTOS DE PROVA.....	268
RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS.....	268
ACAREAÇÃO.....	268
INDÍCIOS.....	269
BUSCA E APREENSÃO.....	269
■ RESTRIÇÃO DE LIBERDADE.....	269
PRISÃO EM FLAGRANTE.....	269

SUMÁRIO – VOLUME 2

ESTATÍSTICA.....	11
■ ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS.....	11
GRÁFICOS, DIAGRAMAS, TABELAS, MEDIDAS DESCRITIVAS.....	11
■ PROBABILIDADE.....	24
DEFINIÇÕES BÁSICAS E AXIOMAS.....	24
PROBABILIDADE CONDICIONAL E INDEPENDÊNCIA.....	27
VARIÁVEIS ALEATÓRIAS DISCRETAS E CONTÍNUAS.....	29
DISTRIBUIÇÃO DE PROBABILIDADES.....	31
FUNÇÃO DE PROBABILIDADE.....	29
FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE.....	29
ESPERANÇA E MOMENTOS.....	29
DISTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	31
DISTRIBUIÇÕES CONDICIONAIS E INDEPENDÊNCIA.....	24
TRANSFORMAÇÃO DE VARIÁVEIS.....	29
LEIS DOS GRANDES NÚMEROS.....	30
TEOREMA CENTRAL DO LIMITE.....	34

AMOSTRAS ALEATÓRIAS	34
DISTRIBUIÇÕES AMOSTRAIS	34
■ INFERÊNCIA ESTATÍSTICA	34
ESTIMAÇÃO PONTUAL	34
Métodos de Estimação, Propriedades dos Estimadores, Suficiência	34
ESTIMAÇÃO INTERVALAR.....	38
Intervalos de Confiança, Intervalos de Credibilidade	38
TESTES DE HIPÓTESES.....	39
Hipóteses Simples e Compostas, Níveis de Significância e Potência de um Teste, Teste T de Student, Teste Qui-Quadrado	39
■ ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR	46
CRITÉRIOS DE MÍNIMOS QUADRADOS E DE MÁXIMA VEROSSIMILHANÇA	46
MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR	47
INFERÊNCIA SOBRE OS PARÂMETROS DO MODELO	47
ANÁLISE DE VARIÂNCIA	49
ANÁLISE DE RESÍDUOS	49
■ TÉCNICAS DE AMOSTRAGEM	34
AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES, ESTRATIFICADA, SISTEMÁTICA E POR CONGLOMERADOS	34
Tamanho Amostral	34
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	57
■ ESTRUTURAS LÓGICAS	57
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES	57
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL)	67
PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS	67
TABELAS-VERDADE	70
EQUIVALÊNCIAS.....	74
LEIS DE MORGAN	78
DIAGRAMAS LÓGICOS	80
■ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	80
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.	84

■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	89
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.	94
INFORMÁTICA	125
■ CONCEITO DE INTERNET E INTRANET	125
■ CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/INTRANET.....	125
FERRAMENTAS E APLICATIVOS COMERCIAIS DE NAVEGAÇÃO, DE CORREIO ELETRÔNICO, DE GRUPOS DE DISCUSSÃO, DE BUSCA, DE PESQUISA E DE REDES SOCIAIS	125
NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE LINUX E WINDOWS).....	135
ACESSO À DISTÂNCIA A COMPUTADORES, TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS, APLICATIVOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA.....	152
EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTES MICROSOFT OFFICE E LIBREOFFICE)	154
■ REDES DE COMPUTADORES	183
■ CONCEITOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA.....	191
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS.....	195
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.)	200
■ COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING)	203
■ FUNDAMENTOS DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS	206
■ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	207
FASES E ETAPAS DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	207
■ TEORIA DA INFORMAÇÃO	208
CONCEITOS DE INFORMAÇÃO, DADOS, REPRESENTAÇÃO DE DADOS, DE CONHECIMENTOS, SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA.....	208
■ BANCO DE DADOS.....	210
BASE DE DADOS, DOCUMENTAÇÃO E PROTOTIPAÇÃO	210
MODELAGEM CONCEITUAL: ABSTRAÇÃO, MODELO ENTIDADE-RELAÇÃO, ANÁLISE FUNCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DE DADOS	214
DADOS ESTRUTURADOS E NÃO ESTRUTURADOS	219
BANCO DE DADOS RELACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS E CARACTERÍSTICAS.....	221
CHAVES E RELACIONAMENTOS	224
NOÇÕES DE MINERAÇÃO DE DADOS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	224

NOÇÕES DE APRENDIZADO DE MÁQUINA	228
NOÇÕES DE BIGDATA: CONCEITO, PREMISSAS E APLICAÇÃO	230
■ REDES DE COMUNICAÇÃO.....	231
INTRODUÇÃO A REDES (COMPUTAÇÃO/TELECOMUNICAÇÕES)	231
CAMADA FÍSICA, DE ENLACE DE DADOS E SUBCAMADA DE ACESSO AO MEIO	234
NOÇÕES BÁSICAS DE TRANSMISSÃO DE DADOS: TIPOS DE ENLACE, CÓDIGOS, MODOS E MEIOS DE TRANSMISSÃO	235
■ REDES DE COMPUTADORES: LOCAIS, METROPOLITANAS E DE LONGA DISTÂNCIA	237
TERMINOLOGIA E APLICAÇÕES, TOPOLOGIAS, MODELOS DE ARQUITETURA (OSI/ISO E TCP/IP) E PROTOCOLOS	237
INTERCONEXÃO DE REDES, NÍVEL DE TRANSPORTE	246
■ NOÇÕES DE PROGRAMAÇÃO PYTHON E R	246
■ API (APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE)	265
■ METADADOS DE ARQUIVOS	267
 BIOLOGIA.....	 271
■ CITOLOGIA.....	271
COMPOSIÇÃO QUÍMICA DA MATÉRIA VIVA	271
ORGANIZAÇÃO CELULAR DAS CÉLULAS EUCARIÓTICAS, ESTRUTURA E FUNÇÃO DOS COMPONENTES CITOPLASMÁTICOS.	272
MEMBRANA CELULAR	274
NÚCLEO	274
Estrutura, componentes e funções.....	274
Divisão celular (mitose e meiose, e suas fases)	274
CITOESQUELETO E MOVIMENTO CELULAR	275
■ BIOQUÍMICA	275
PROCESSOS DE OBTENÇÃO DE ENERGIA NA CÉLULA	275
PRINCIPAIS VIAS METABÓLICAS	275
REGULAÇÃO METABÓLICA	277
METABOLISMO E REGULAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE ENERGIA	277
PROTEÍNAS E ENZIMAS.....	277
■ EMBRIOLOGIA	278

GAMETOGÊNESE	278
FECUNDAÇÃO, SEGMENTAÇÃO E GASTRULAÇÃO	278
ORGANOGENESE	279
ANEXOS EMBRIONÁRIOS	279
DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO HUMANO	280
■ GENÉTICA	280
PRIMEIRA LEI DE MENDEL	281
PROBABILIDADE GENÉTICA	281
ÁRVORE GENEALÓGICA	281
GENES LETAIS	282
HERANÇA SEM DOMINÂNCIA	282
SEGUNDA LEI DE MENDEL	282
ALELOS MÚLTIPLOS, GRUPOS SANGUÍNEOS DOS SISTEMAS ABO, RH E MN	282
DETERMINAÇÃO DO SEXO	283
HERANÇA DOS CROMOSSOMOS SEXUAIS	283
DOENÇAS GENÉTICAS	284
FÍSICA	287
■ OSCILAÇÕES E ONDAS	287
MOVIMENTO HARMÔNICO SIMPLES E ENERGIA	287
NO MOVIMENTO HARMÔNICO SIMPLES	286
ONDAS EM UMA CORDA; ENERGIA TRANSMITIDA PELAS ONDAS	291
ONDAS ESTACIONÁRIAS	293
EQUAÇÃO DE ONDA	294
■ ELETRICIDADE	294
CARGA ELÉTRICA	294
CONDUTORES E ISOLANTES	295
CAMPO ELÉTRICO	295
POTENCIAL ELÉTRICO	296
CORRENTE ELÉTRICA	296

RESISTORES	297
CAPACITORES.....	298
CIRCUITOS ELÉTRICOS.....	298
■ ÓPTICA.....	299
ÓPTICA GEOMÉTRICA	299
REFLEXÃO	300
REFRAÇÃO	306
POLARIZAÇÃO.....	314
INTERFERÊNCIA	314
■ ESPECTROSCOPIAS DE ABSORÇÃO E DE EMISSÃO MOLECULAR (FLUORESCÊNCIA).....	315
QUÍMICA.....	319
■ CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS.....	319
■ TEORIA ATÔMICO-MOLECULAR	319
■ CLASSIFICAÇÃO PERIÓDICA DOS ELEMENTOS QUÍMICOS	321
■ RADIOATIVIDADE.....	323
■ INTERAÇÕES QUÍMICAS	325
■ MISTURAS, SOLUÇÕES E PROPRIEDADES COLIGATIVAS	326
■ MÉTODOS DE SEPARAÇÃO DE MISTURAS	329
■ FUNÇÕES QUÍMICAS INORGÂNICAS.....	331
■ GASES	332
■ PROPRIEDADES DOS SÓLIDOS	333
■ ESTEQUIOMETRIA	334
■ TERMOQUÍMICA	336
■ CINÉTICA QUÍMICA	337
■ EQUILÍBRIO QUÍMICO	339
■ ELETROQUÍMICA.....	341
■ QUÍMICA ORGÂNICA: ESTRUTURA, NOMENCLATURA E PROPRIEDADES FÍSICAS E QUÍMICAS DE COMPOSTOS ORGÂNICOS	343

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS:

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS:

Direito à Vida, À Liberdade, À Igualdade, À Segurança e À Propriedade

Os direitos fundamentais estão localizados no título II da CF/88, do art. 5º ao art. 17, os quais estão classificados em cinco grupos: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

Também são classificados em três dimensões de direito, pois surgiram em épocas diferentes.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DE 1º DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE 2º DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE 3º DIMENSÃO
Direitos civis e políticos.	Direitos sociais, econômicos e culturais.	Fraternidade.

DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS E COLETIVOS

Conforme prevê o art. 5º da CF/88 todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Direito à vida

A Constituição protege a vida, extrauterina e intrauterina – neste caso, com a proibição do aborto. Entretanto, o art. 128 do Código Penal prevê a autorização do aborto como exceção em duas hipóteses, são eles: como único meio para salvar a vida da mulher e no caso de gravidez resultante de estupro.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal

Subentende-se direito à saúde, na vedação à pena de morte, proibição do aborto e, por fim, direito às condições mínimas necessárias para uma existência digna, conforme também prevê o princípio da dignidade da pessoa humana, apresentado no art. 1º, inciso III da CF/88.

Note que, a constituição ao determinar o direito à vida, possui dois aspectos, direito à **integridade física e psíquica**.

Importante mencionar que o **STF já se posicionou sobre gravidez de feto anencéfalo**, decidindo, em julgamento de grande repercussão, que não constitui crime a interrupção da gravidez nestes casos. Ainda, o julgamento somente autorizou a interrupção da gravidez de feto portador de anencefalia, não se estendendo a nenhuma outra deficiência.¹

É importante ressaltar também que o **STF decidiu pela legitimidade da realização de pesquisas com a utilização de células-tronco²** embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as condições estipuladas no **art. 5º** da Lei 11.105/2005, que estabelece as normas de segurança e maneiras de fiscalização das atividades que envolvam organismos geneticamente modificados. Nesse sentido, o STF considerou que as mencionadas pesquisas não violam direito à vida, vejamos o dispositivo mencionado:

Lei 11.105 de 25 de março de 2005

Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis; ou

II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.

§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.

§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Importante!

As decisões do STF também são objeto de questionamento em provas.

1 ADPF 54/DF Min Marco Aurélio, julgado em 11.04.2012, DJe 24.04.2013.

2 ADI 3.510/DF, rel. Min. Carlos Brito, julgamento em 29.05.2008, DJe em 05.06.2008

Direito à liberdade

Trata-se de direito fundamental de primeira dimensão, ou seja, são os direitos fundamentais que estão ligados ao valor liberdade, sendo eles: os direitos civis e os direitos políticos.

Legalidade, previsto no art. 5º, II da CF, traz consigo uma regra interessante: define qual a única ação que pode restringir a liberdade dentro do Brasil, ou seja, todos têm liberdade de fazer ou deixar de fazer o que convém a cada um, entretanto essa liberdade está limitada na lei.

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Liberdade de pensamento, previsto no inciso IV da CF, determina a livre manifestação do pensamento, porém, é importante se atentar à parte final do inciso, que veda o anonimato, por exemplo: um indivíduo vai até uma manifestação nas ruas com panos no rosto e comete atos ilícitos (como furto).

Questão muito cobrada em provas.

Ainda sobre a liberdade de pensamento, é importante mencionar que no **Brasil a denúncia anônima é permitida**. Contudo, o poder público não pode iniciar o procedimento formal tendo como base única uma denúncia anônima.

Dica

O STF considerou desnecessária a utilização de diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista, pois tem na sua **essência a manifestação do pensamento**.³

Liberdade de consciência e crença está localizada no inciso VI, VII e VIII do art. 5º da CF. É importante mencionar que o Brasil não tem religião oficial, sendo considerado um Estado laico e tem como base o pluralismo político.

Art. 5º [...]

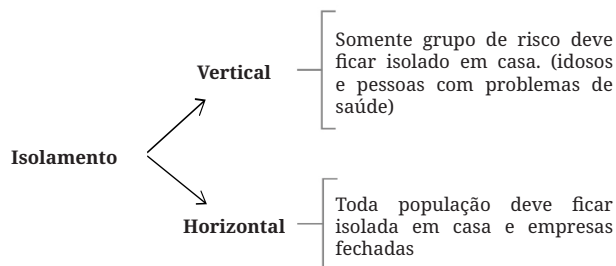
VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Liberdade de locomoção, localizado no inciso XV da CF, é um tópico muito importante e está ligado ao **direito de ir e vir**, sendo que não é um direito absoluto, pois temos os casos de prisão previstos na lei, ou seja, as diversas situações em que prisões são necessárias deixam claro que o direito a locomoção não é um direito absoluto.

Atualidade! Direito de ir e vir x Coronavírus (Covid-19)
Aqui temos um tema muito comentado, o isolamento, ou seja, a proibição das pessoas de abrirem suas próprias empresas, proibição de permanecerem em praças, lugares públicos, isto é, seu direito de ir e vir limitado, entenda:



Se o direito à liberdade de locomoção é um direito fundamental de ir e vir, pode-se proibir que as pessoas se locomovam? Mas e a constituição?

No caso do covid-19, em 18 de março de 2020, foi aprovado pelo Congresso Nacional o decreto que coloca o país em estado de calamidade pública, tendo em vista a situação excepcional de emergência de saúde. Para você entender melhor, vamos estudar por etapas.

Mas o que é calamidade pública?

O dicionário Aurélio assim define calamidade “desgraça pública; grande infortúnio; catástrofe”, ou seja, é um estado anormal resultante de um desastre de natureza, pandemia ou até financeiro, situações em que o Governo Federal deve intervir nos outros Entes Federativos (entenda entes: Estados - DF e Municípios) para auxiliar no combate a situação.

Ainda, conforme o Governo Federal, o reconhecimento do estado de calamidade pública é previsto para durar até 31 de dezembro de 2020, sendo que, é necessário “em virtude do monitoramento permanente da pandemia Covid-19, da necessidade de elevação dos gastos públicos para proteger a saúde e os empregos dos brasileiros e da perspectiva de queda de arrecadação”⁴

Entenda a explicação sobre calamidade pública:

1º Decretado estado de **Calamidade Pública**, através de aprovação das duas casas: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Permite que o Executivo gaste mais do que o previsto e desobedeça às metas fiscais para custear ações de combate à pandemia.

2º O Governo Federal já pode determinar quais medidas de apoio serão tomadas. Com base na lei complementar 101/2020.

3º Governo Federal poderá:

Liberar recursos; enviar defesa civil militar; enviar kits emergenciais.

Estados podem:

Parcelar dívidas; atrasar execução de gastos; não precisa fazer licitações.

Agora que entendemos como funciona o estado de calamidade pública, vamos à análise do direito de locomoção que foi restringido.

³ STF RE/511961, Min. Gilmar Mendes, 17.06.2009.

⁴ Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2020/copy_of_notas-a-imprensa> Acesso em: 10 out 2020.